

Ludmilla Nascimento Correia Macedo

PRECEDENTES JUDICIAIS E CONSELHOS DE CONTRIBUINTES

Prefácio: Hermes Zaneti Jr

Apresentação: Cláudio Madureira

EDITORIA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2026

Sumário

Siglas	XI
Prefácio	XIII
Apresentação	XV
Introdução	1
Capítulo I - Notas Sobre o Modelo Brasileiro de Precedentes	7
1.1. A Vinculação dos Julgadores aos Precedentes.....	11
1.1.1. Eficácia horizontal dos precedentes	16
1.1.2. Eficácia vertical dos precedentes.....	18
1.2. Como Aplicar Precedentes.....	20
1.2.1. <i>Ratio decidendi</i>	22
1.2.2. <i>Obiter dictum</i>	25
1.2.3. Como afastar a vinculatividade dos precedentes	27
1.2.3.1. Distinção	29
1.2.3.2. Superação.....	30
Capítulo II – Precedentes Judiciais e Administração Pública	33
2.1. Modelo de Precedentes e Atuação da Fazenda Pública em Juízo	36
2.1.1. A inobservância de precedentes como contrariedade ao princípio da boa-fé e ao dever processual de não litigar contrariamente ao Direito.	41
2.1.2. Inobservância de precedentes como contrariedade ao princípio administrativo da legalidade	46
2.1.2. Inobservância de precedentes como contrariedade ao princípio administrativo da eficiência e da moralidade.....	53

2.2. Modelo de Precedentes e Administração Pública	59
2.2.1. A doutrina da processualização do Direito Administrativo	61
2.2.2. A regra jurídica positivada no artigo 15 do CPC.....	65
Capítulo III - Precedentes Judiciais e Conselhos de Contribuintes	69
3.1. Os Conselhos de Contribuintes na Federação Brasileira	71
3.1.1. O CARF.....	75
3.1.2. Os Conselhos Estaduais de Recursos Fiscais	79
3.1.3. Os Conselhos Municipais de Recursos Fiscais.....	81
3.2. O processo administrativo tributário e o papel exercido pelos conselhos de contribuintes	81
3.2.1. O iter do processo administrativo tributário	85
3.2.2. A interposição de recursos junto aos Conselhos de Contribuintes.....	90
3.3. Estruturação dos conselhos de contribuintes.....	91
3.3.1. A composição paritária.....	92
3.3.2. O efeito suspensivo conferido pela legislação aos recursos interpostos	94
3.3.3. A definitividade das decisões favoráveis aos contribuintes	96
3.4. Conselhos de contribuintes e administração pública.....	99
3.4.1. Os Conselhos de Contribuintes como órgãos desconcentrados da Administração Pública	100
3.4.2. A adstrição dos Conselhos de Contribuintes aos princípios administrativos mencionados na Constituição.....	103
3.5. A extensão da vinculatividade dos precedentes aos conselhos de contribuintes	106
3.5.1. A vinculatividade dos precedentes no CARF.....	106

3.5.2. A vinculatividade dos precedentes nos Conselhos de Recursos Fiscais Estaduais e Municipais	107
3.6. Objeções opostas pela doutrina à extensão da vinculatividade dos precedentes aos conselhos de contribuintes e suas respectivas inconsistências	109
3.6.1. Exigência de taxativa autorização normativa constitucional versus constitucionalidade do modelo brasileiro de precedentes	111
3.6.2. Exigência de taxativa autorização normativa infraconstitucional versus interpretação sistemática do Direito que ancora a vinculatividade dos precedentes a outras fontes normativas	115
3.6.2.1. Absoluta ausência de correlação entre a existência de vedação legal ao exercício de controle de constitucionalidade pelos conselhos de contribuintes e sua vinculação a precedentes	118
3.6.2.2. Vedação ao exercício do controle de constitucionalidade pelos Conselhos de Contribuintes versus normatividade dos precedentes.....	123
Considerações Finais.....	127
Referências	135